

O plantão dos parlamentares

O Congresso Nacional entrou em recesso parlamentar à zero hora de hoje e retoma suas atividades a partir de 1º de agosto próximo. Uma Comissão Representativa, prevista no parágrafo 4º do Artigo 58 da Constituição Federal, integrada por deputados e senadores, ficará de plantão para responder por alguma eventualidade na ausência dos parlamentares.

De acordo com a Resolução nº 3 do Congresso, regulamentando as atribuições desta Comissão, são de sua competência: zelar pelas prerrogativas do Congresso e pela preservação da sua competência legislativa, autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do País, exercer a competência administrativa das duas Mesas (Câmara e Senado), fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, receber petições, reclamações ou representações contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas e convocar ministros de Estado. A Comissão poderá, ainda, deliberar sobre sustação de atos normativos do Poder Executivo quando estes exorbitarem de poder regulamentar e aprovar créditos adicionais solicitados pelo presidente da República.

Convocação — A Comissão Representativa é presidida pelo presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, e integrada por 32 deputados (16 titulares e 16 suplentes) e 14 senadores (sete titulares e sete suplentes). Eles não precisarão ficar, necessariamente, em Brasília, mas havendo um motivo que justifique suas presenças, são imediatamente convocados. A composição da Comissão obedeceu ao critério proporcional dos partidos representados, na Câmara e no Senado, e os membros foram eleitos na última sessão ordinária de cada uma das Casas.

Na Câmara, o Bloco Parlamentar (formado pelos partidos de sustentação do Governo) indicou os seguintes representantes para a Comissão: titulares — Arnaldo Faria de Sá (SP), Ezio Ferreira (AM), Humberto Souto (MG) e Ricardo Fiuza (PB); suplentes — Francisco Dornelles (RJ), Messias Góis (SE), Paulo Octávio (DF) e Ricardo Murad (MA). O PMDB indicou: titulares — Derval de Paiva (TO), Genésio Bernardino (MG), José Luiz Clerot (PB) e Mendes Ribeiro (RS); suplentes — João Almeida (BA), João Fagundes (RR), Marcelo Barbieri (SP) e Pinheiro Landim (CE). O PDT indicou: titulares — Laerte Bastos (RJ) e Vital do Rego (PB); suplentes — Eden Pedrosa (RS) e Miro Teixeira (RJ). O PDS indicou: titular — José Luiz Maia (PI); suplente — Fetter Júnior (RS). PSDB: titular — Sigmarin-

ga Seixas (DF); suplente — Paulo Hartung (ES). PTB: titular — Rodrigues Palma (MT); suplente — Cardoso Alves (SP). PT: titular — Nilmário Miranda (MG); suplente. — Chico Vigilante (DF). PDC: titular — Paulo Mandarino (GO); suplente — Eduardo Siqueira Campos (TO). E o PL indicou: titular — Ribeiro Tavares (BA); suplente — Wellington Fagundes (MT).

No Senado, o PMDB indicou: titulares — Mauro Benevides (CE) e Márcio Lacerda (MT); suplentes — Irapuan Costa Jr. (GO) e Nabor Júnior (AC). O PFL indicou: titulares — Meira Filho (DF) e Henrique Almeida (AP); suplentes — Lourival Batista (SE) e Odacir Soares (RO). PSDB: titular — Chagas Rodrigues (PI); suplente — Almir Gabriel (PA). PDT: titular — Maurício Corrêa (DF); suplente — Nelson Wedekin (SC). O PTB indicou: titular — Walmir Campelo (DF); suplente — Jonas Pinheiro (AP).

No retorno às atividades parlamentares, em agosto, deputados e senadores terão pela frente um duro semestre. Na Câmara, deverão entrar na ordem do dia, uma nova política salarial, já que a atual extingue-se a 31 de agosto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, imposto sobre grandes fortunas, patentes industriais, sistema financeiro, privatização dos portos. O Senado deixou para o segundo semestre, a votação da Lei do Inquilinato e a Lei de Informática.